Secretaria de Estado da Educação
Superintendência da Educação
Departamento de Políticas e Programas Educacionais
Coordenação Estadual do PDE

Artigo Científico

Segregação Sócio-espacial e Violência Urbana

Francisco Antonio Rauber

Disciplina: Geografia
Autor: Francisco Antonio Rauber
Professor Orientador: Prof. Mestre Ricardo Carvalho Leme
Instituição de Ensino Superior Vinculada:
Universidade Estadual do Oeste do Paraná Unioeste – Campus de Francisco Beltrão/PR
Núcleo Regional de Educação: Toledo
Escola de Implementação: Colégio Estadual Presidente Castelo Branco
Município: Toledo - PR

Toledo - PR
Dezembro de 2009

SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA

Francisco Rauber[1]
Ricardo Carvalho Leme[2]

Resumo

O tema principal deste artigo é segregação sócio-espacial. No decorrer do artigo, abordaremos o tema comparando três realidades distintas do município de Toledo: O bairro do Jardim Europa/América, o Jardim La Salle e, o condomínio residencial fechado São Luis. Procuramos analisar as causas e as conseqüências da violência urbana, a partir do aumento assustador dos homicídios dolosos no município de Toledo, principalmente envolvendo menores de 18 anos e as pessoas maiores de 18 anos. Este trabalho procurou desenvolver algumas formas e técnicas de engajamento dos alunos do Ensino Médio na discussão do referido tema, procurando relacionar esta discussão com o conteúdo da disciplina de Geografia. Nosso objetivo central era compreender quais eram os indicadores da segregação sócio-espacial. A partir desse estudo aprofundado e imparcial seria possível encontrar medidas adequadas para contornar ou resolver estes problemas. A segregação sócio-espacial urbana situa-se, portanto, como questão de destaque e ganha relevância enquanto problema à medida que o poder público implementa políticas que produzem e reproduzem a pobreza, a desigualdade, a rivalidade (demarcação de territórios exclusivos) e a exclusão de relações de poder entre grupos sociais distintos e muitas vezes avantajados para o grupo social mais privilegiado, localizado em áreas mais bem servidas de infra-estrutura e de serviços. O espaço é utilizado como motor do capital e instrumento da desigualdade social. Para construirmos uma sociedade mais justa e equilibrada é preciso reformular a sua organização ou estruturação.

Palavras chaves: Segregação Sócio-Espacial; Ensino de Geografia; Violência Urbana

Abstract

The main theme of this article is socio-spatial segregation. Throughout the article we will discuss the theme comparing three different realities in the city of Toledo: The neighborhood of Jardim Europa/America, Jardim La Salle and the residential condominium closed São Luis. We tried to analyze the causes and consequences of urban violence, from the frightening increase of homicides in the city of Toledo, especially involving adolescents under and over 18 years old. This study sought to develop some forms and techniques of engagement of high school students in the discussion of that issue, trying to relate this discussion to the content of the discipline of geography. Our main objective was to understand what were the indicators of socio-spatial segregation. From this

[1] Professor PDE – Área: Geografia – Município: Toledo – Núcleo Regional de Educação: Toledo

[2] Professor Orientador PDE – Mestre em Geografia – UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

thorough and impartial would be possible to find appropriate measures to overcome or solve these problems. The socio-spatial segregation is, therefore, as a matter of emphasis and becomes relevant as a problem as the government implements policies that produce and reproduce poverty inequality, rivalry (demarcation of exclusive territories) and exclusion relations power between social groups and often oversized for the more privileged social group, who is located in areas well served by infrastructure and services. The space is used as an engine of capital and an instrument of social inequality. To build a more fair and balanced society is need to restate its organization or structure.

Segregação Sócio-Espacial

O presente trabalho tem como tema central a Segregação Sócio-espacial e as transformações sociais decorrentes da violência urbana e de seus reflexos no âmbito local, nacional e internacional. O alto grau de concentração das atividades econômicas e da infra-estrutura básica nos núcleos urbanos, assim como o padrão de localização dos diferentes segmentos sociais no meio urbano podem contribuir para que o modelo urbano atual, centro-periferia, predominassem nos estudos sobre Segregação Sócio-espacial urbana, embora o centro e a periferia nunca tenham se constituído plenamente em espaços socialmente homogêneos.

O espaço urbano é mutável e poderá ser articulado e modificado conforme a atuação e interesses das lideranças políticas que integram as administrações públicas. A crise econômica e a redução dos investimentos do setor público podem também alterar ou até comprometer de uma forma negativa a estruturação das moradias nas diversas cidades brasileiras.

A edificação de extraordinários conjuntos habitacionais construídos por empresas privadas ou públicas para as classes altas ou médias nas áreas centrais ou mesmo periféricas, podem consolidar um padrão segregador de estruturação do espaço urbano, caracterizado, a grosso modo, pela moderna produção residencial no centro ou na periferia e pela conseqüente expulsão das classes sociais mais humildes para a periferia ou para os morros.

Nos últimos anos, estão surgindo novas alternativas habitacionais voltadas para os segmentos sociais médios, em áreas distantes dos centros urbanos. São denominados de condomínios fechados, horizontais ou verticais, localizados nos bairros onde o baixo valor da terra tem viabilizado a compra de dessas áreas mais apropriadas aos seus interesses. Surgem, portanto, novos

espaços habitacionais nas periferias, que segregam e excluem não apenas pelo preço do acesso, mas, principalmente pelos muros e pelo sistema de controle e segurança. Em Toledo, região Oeste do Paraná, pode ser visto na Vila Industrial na construção do Condomínio Residencial Frei Euzébio, exatamente um condomínio horizontal, totalmente murado.

O tema da Segregação Sócio-espacial urbana merece destaque no início do século XXI pelo agravamento das mazelas sociais em todos os países do mundo globalizado. Os grupos sociais atingidos com maior intensidade geralmente são as camadas mais carentes, que, quase sempre são confinadas em favelas, cortiços e bairros pobres, e sofrem com a constante escassez de água, falta de coleta de lixo, esgoto, deslizamento de encostas e transbordamentos de rios e córregos. Isso acontece, principalmente, porque o modelo de ocupação do espaço urbano reproduz o modelo excludente de desenvolvimento sócio-econômico global. Nessa sociedade segregada, os elementos básicos para a sobrevivência como água potável, escola, moradia, hospitais e transporte são concebidos como fontes de lucros.

A segregação sócio-espacial nas últimas décadas não é mais decorrência apenas dos agricultores que migram do campo para as cidades. Ela também decorre da baixa escolaridade, da baixa renda, atingindo especialmente mulheres e negros. O perfil da população mudou para predominantemente nascidos nos grandes centros urbanos, pequenas famílias, “escolarizados” (semi-alfabetizados) e desempregados.

No mundo capitalista globalizado, as empresas concessionárias de serviços públicos não têm interesse em estender aos bairros carentes a infra-estrutura (luz elétrica, água tratada, esgoto, serviços de telefonia, asfalto, etc), pois os seus moradores não possuem recursos para pagar pelo uso dos mesmos. Embora esses serviços básicos deveriam ser garantidos universalmente pelos órgãos públicos

No contexto globalizado tudo é considerado mercadoria. Que deve ser adquirida mediante a compra, gerando uma parcela de excluídos. De um lado, origina espaços urbanos informais, geralmente não mapeados, com infra-estrutura precária e ocupados pela população de baixa renda, sem assistência dos órgãos públicos e por outro lado, os espaços urbanos formais, localizados em áreas mais centrais, com toda a infra-estrutura necessária.

Essa situação caótica e contraditória deverá ser revertida, pois, todos os seres vivos, racionais devem ter as mesmas oportunidades e direitos, independente de sua condição sócio-econômica. Podemos citar alguns pesquisadores preocupados com esta situação como Flávio Villaça, Milton Santos, Maria T.S. Soares, Paul Singer, Gilberto Velho, Maria Inês Sugai entre muitos outros.

A dinâmica espacial urbana

No Estado do Paraná, segundo artigo publicado no Jornal do Oeste, da cidade de Toledo, no dia 28/08/2009, as áreas de favelas e bolsões de pobreza ganharão um incentivo para se desenvolverem, pois, um projeto pioneiro no Brasil pretende estimular a regularização fundiária urbana e rural nos municípios paranaenses. O governo pretende promover a regularização de casas e lotes localizados em áreas pobres e bolsões de pobreza no Estado. A iniciativa está sendo encabeçada pelo Ministério Público do Paraná, Cohapar (Companhia Paranaense de Habitação), Cohab (Companhia de Habitação) e a Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg – PR).

De acordo com o IBGE, há mais de 6,5 milhões de favelados no Brasil, e desses, dois terços, vivem nas capitais brasileiras. Em Curitiba, de acordo com a Cohab, um décimo dos habitantes vivem em condições desumanas em áreas de invasão nos subúrbios da capital paranaense.

Segundo o presidente da Anoreg (PR), a regularização dessas áreas está amparada em lei federal, ou seja, pela Constituição Brasileira promulgada em 1988, que instituiu o usucapião especial urbano, individual ou coletivo, possibilitando a concessão do título de legitimação de posse aos interessados, portanto, aos legítimos donos. Com este tipo de iniciativa, muitos conflitos fundiários urbanos poderão ser resolvidos sem confrontos violentos ou ações judiciais seculares.

A legitimação das áreas irregulares deve ser realizada como uma política de Estado e não uma mera política de Governo, a fim de que ela não reduza barreiras para novas ocupações ou expansão das ocupações já existentes. O objetivo dessa política deve ser de garantir segurança ao morador de favela ou loteamento irregular, estimulando-o a investir na sua moradia. Cabe ao poder público garantir a infra-estrutura básica para todas as áreas destacadas e para

todas as camadas sociais, independente da sua condição financeira, ou de sua influência política.

As cidades são aglomerados humanos que surgem, crescem e se desenvolvem segundo uma dinâmica espacial, definida por circunstâncias históricas e socioeconômicas. Elas apresentam um modo de vida próprio, como seus inúmeros problemas urbanos.

Nas cidades concentra-se a maior parte das contradições impostas pelo Capitalismo. Santos (2005) ressalta

> "... a questão da cidadania, da participação dos habitantes das cidades nas decisões que os afetam e a relação desses habitantes com o espaço urbano. Alerta, porém, que nos países subdesenvolvidos a cidade não tem poder para forçar a evolução regional e de que depende o seu próprio desenvolvimento. As possibilidades de evolução regional são criadas fora da região e da cidade, de acordo com os interesses do mundo industrial (…) tanto maior o subdesenvolvimento regional, tanto menos a cidade tem força para modificá-la, tanto mais ela se ressente da pobreza de sua zona de influência".

Ou seja, a urbanização nos países pobres, apresenta dramáticos aspectos negativos, pois as cidades refletem intensamente as decisões tomadas nos países ricos, ou pelas elites locais que estão no poder, seguindo os seus próprios interesses.

Muitos problemas das economias nos países dependentes se traduzem em dificuldades concretas para o dia-a-dia dos seus habitantes. A possibilidade de acesso à moradia, está subordinada ao nível salarial e a Divisão Social do Trabalho imposta pela economia capitalista onde tudo, inclusive a terra torna-se mercadoria.

Conceituar segregação sócio-espacial nos remete a discussão

> "... das feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetivas, permanecendo ainda um espaço aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos da sociedade que, cada vez mais perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores". (Santos e Silveira, 2005).

A segregação sócio-espacial está situada como questão de destaque e ganha relevância enquanto problema à medida que o poder público implanta

políticas que produzem e reproduzem a pobreza, a desigualdade e a exclusão social.

As desigualdades sociais se materializam na paisagem urbana. Quanto maiores as disparidades entre os diferentes grupos sociais, maiores as desigualdades de moradia, de acesso aos serviços públicos e de qualidade de vida, e portanto, maior é a segregação espacial. No entanto, mesmo num bairro de população pobre, essa qualidade de vida pode ser melhorada, caso os serviços públicos de educação, saúde, transporte coletivo, entre outros, passem a funcionar de forma adequada. Essas mudanças positivas têm maiores chances de se concretizarem quando a comunidade se organiza para melhorar o seu cotidiano e reivindicar os seus direitos, ou ainda quando o poder público oferece uma educação de qualidade de cunho crítico e libertador. Quando isso não acontece, as desigualdades e a exclusão sócio-espacial tendem a se manter, e muitas vezes a aumentar.

A evidência do aumento da violência nos espaços urbanos nas duas últimas décadas e os problemas sociais revela o percurso teórico de ampliação da desigualdade social, apresentando características diversas, como as especificidades territoriais e urbanas. No Brasil a desigualdade e a exclusão social, são agravantes para aumentar a violência urbana. Não podemos resolver essa questão sem ressaltar que o uso de drogas e sua comercialização também estão intimamente correlacionados. Portanto, para discutir e avançar na adoção de medidas para reduzir a violência urbana, é preciso que sejam discutidas de forma séria a desigualdade, a exclusão social, a discriminação social, o uso de drogas e a sua comercialização.

De acordo com pesquisa de 2003, feita pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) intitulada “criminalidade social versus política”, a tendência de crescimento do número de assassinatos no Brasil, observado ultimamente, somente será amenizada se houver uma queda da desigualdade de renda no país. A violência poderá ser atenuada mais pelo combate ao desemprego e pela melhoria da educação, do que pela repressão policial, pois isso apenas agrava o problema. Desta maneira a pesquisa ressalta que está faltando governabilidade por parte do Estado.

Para o atual ministro da Justiça, Tarso Genro

> "... nós temos de desenvolver ações políticas públicas para melhorar a vida e a presença do Estado nas regiões onde as milícias (organizações que buscam ocupar o lugar do Estado nas favelas do Rio de Janeiro) atuam. A mudança não depende apenas da vontade do Governo Federal. Os Estados e os Municípios, nas ações que a questão da segurança pública lhes confere, têm de se associar e aplicar os recursos que lhes são repassados". (LAGO e COSTA, 2008, p.6)

Os recursos públicos, na sua grande maioria, estão sendo canalizados para o desenvolvimento das áreas urbanas mais ricas. Esse contraditório processo de desenvolvimento adotado por ações públicas de todos os níveis governamentais, no mundo capitalista, e portanto, também no Brasil, expõe grande parte dos moradores das periferias à exclusão dos direitos sociais básicos, como trabalho, saúde e educação de qualidade, assim como o direito à moradia digna, equipamentos públicos e infra-estrutura urbana, o que significa na prática, falta de cumprimento dos direitos constitucionais do cidadão e conseqüentemente impossibilita a governabilidade por parte do Estado. Ainda de acordo com o Ministro Tarso Genro

> "é preciso mudar a forma de atuação das polícias, criando a idéia de polícia comunitária. Uma polícia próxima, reconhecida pelo cidadão, e que possa substituir a milícia na confiança autoritária e compulsória que ela impõe sobre a população" (LAGO E COSTA, 2008).

Neste contexto, a violência urbana deixa de ser uma variável independente para ser considerada uma das manifestações de um conjunto de fatores que comprometem a dignidade humana. Atualmente, é mais fácil combater o analfabetismo e a pobreza do que criar novos postos de trabalho. Afinal de contas qual deveria ser a prioridade das políticas públicas?

O medo da violência urbana impulsionou a criação de condomínios fechados. Onde se busca mais segurança e tranqüilidade. Muitas pessoas com alto poder aquisitivo mudam para este tipo de moradia, que se multiplica nos últimos anos principalmente nas grandes cidades. Embora seja legítimo, do ponto de vista do indivíduo, buscar maior segurança para si e para sua família, esse fenômeno acentua a exclusão social e reduz os espaços urbanos públicos, uma vez que propicia o crescimento de espaços privados e de circulação restrita.

Segundo Sposito (1989, p.69)

> “Os ritmos acentuados de crescimento populacional urbano e a super concentração de capital... nas metrópoles para criação da infra-estrutura necessária à reprodução capitalista, promoveram um aumento crescente de população não empregada que se aloja e não habita nos maiores centros-urbanos. Este processo de inchaço, manifesta-se numa série de problemas urbanos”.

A atual realidade é fruto de uma política adotada pelos diversos governos das últimas décadas, que geraram uma sociedade caótica, controvertida, cheia de perversidades, desigualdades e injustiças sociais. É preciso um estudo aprofundado e imparcial para encontrar medidas adequadas para contornar e resolver estes problemas. Essas medidas, de forma alguma, podem ser paternalistas. Portanto, devem partir da colaboração e da participação democrática de todas as classes sociais.

As políticas públicas a serem implementadas a partir daí devem ser geradoras de renda, que tragam dignidade para todos os trabalhadores economicamente ativos, que garantam educação, moradia, segurança, saúde e infra-estrutura adequada a todos, independente da sua condição sócio-econômica.

Segurança Pública: Um direito e um dever de todos

A sociedade deve organizar-se e exigir soluções do poder público. A segurança está cada vez mais deficiente. Os motivos estão relacionados ao desenvolvimento das cidades, ou seja, a falta de políticas públicas eficazes, a impunidade, ao sistema penitenciário precário, que é visto apenas como um depósito de seres humanos, ou pior, como uma especialização do crime, além da própria desigualdade social.

Seria inocência acreditarmos que o simples ato de encarcerar o criminoso estaria solucionando o problema da violência. É notório que grandes organizações do crime são chefiadas de dentro das prisões, com a ajuda, ou com o consentimento de policiais corruptos, e isso não é uma generalização, são desvios de conduta grave, que ocorrem em todas as profissões, porém, tratando-se da criminalidade e da segurança pública, as conseqüências são imprevisíveis e inimagináveis para a sociedade em geral. É preciso encontrar meios legais e infra-estrutura competente para diagnosticar as causas e apontar para as soluções necessárias.

A sociedade não pode fazer de conta que a violência é algo distante, presente na periferia da cidade, e que é uma responsabilidade da polícia. Se ficarmos perguntando “de quem é a culpa”, não chegaremos a lugar algum. Cada um terá a sua versão, para justificar a sua indiferença e a não solução do problema.

O problema é de todos, no entanto as autoridades, pelas suas atribuições, precisam encabeçar a iniciativa e convocar a sociedade para um grande debate público, para que então os problemas possam ser no mínimo amenizados, para não dizer resolvidos.

A criminalidade, a violência e a insegurança não estão apenas na periferia, mas em todos os lugares. Basta uma volta rápida pelos diversos bairros da cidade durante o dia, ou pior, de madrugada, para vermos adolescentes e jovens de todas as classes sociais usando drogas. Precisamos de políticas públicas de ajustes sociais comprometidos com o ser humano.

Segundo Amira Massabki em artigo publicado no Jornal Gazeta do Paraná do dia 18/09/2009 (p.5) “O que mais preocupa é a segurança pública e as estatísticas lamentáveis que colocam o Paraná entre os Estados que menos investem em políticas públicas de combate a criminalidade”. A população deve ter conhecimento dos problemas relacionados a violência no Estado, e das ações realizadas pelas autoridades, principalmente da própria Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de poder reagir imediatamente ao avanço da criminalidade no Estado. O deputado Edson Strapasson (PMDB – PR) na tribuna da Assembléia Legislativa chamou a atenção do governo do Paraná, para a onda de violência que atinge a capital e a maioria dos grandes e médios municípios paranaenses. “Nós precisamos de uma forma articulada com o governo estadual e com as prefeituras, cobrar do governo federal, mais recursos e estabelecer uma ação social efetiva capaz de estabelecer formas de agregar oportunidades aos jovens”.

Isso é reforçado pelo capitão José Luís, do 19º BPM do Paraná, localizado em Toledo, que em palestra ministrada aos nossos alunos, nos diz que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil, Polícias Militares e dos

Corpos de Bombeiros. E referindo-se aos principais problemas enfrentados na área de segurança pública na região de Toledo enfocou: A proximidade com o Paraguai, as máfias locais e a logística do crime, o tráfico e o uso de drogas, narcotráfico e homicídios vinculados ao consumo e tráfico de drogas, falta de emprego, intolerância, falta de acompanhamento dos pais, ceticismo, a impunidade e outros fatores sociais e familiares.

A queda geral nos rendimentos dos trabalhadores contribui para aumentar a desigualdade social brasileira. Por isso os trabalhadores brasileiros, particularmente aqueles que vivem nos maiores centros urbanos, tornaram-se nos últimos anos, mais pobres no que se refere à renda, e mais vulneráveis quanto a estabilidade no trabalho, provocando assim, um aumento na violência.

Em relação ao filme tropa de elite, fica claro e evidente a corrupção existente nos altos escalões das polícias brasileiras e em muitos casos ela age perversamente e a honestidade não faz parte do "jogo". Com certeza, existem policiais honestos que dão a sua vida na defesa da justiça humana e no empenho de sua profissão como defensores da vida em cumprimento da lei oficial do Brasil que não protege apenas os ricos.

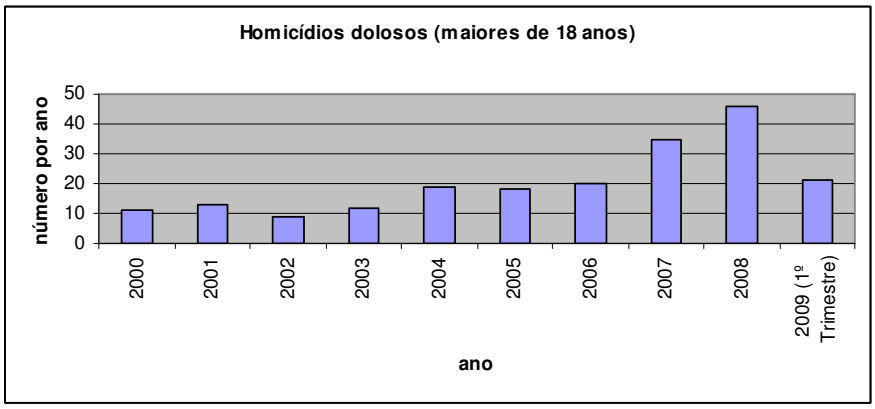
Muitos policiais ajudam os traficantes e são manipulados pelos esquemas financiados pelo jogo do bicho, da prostituição e dos caças-níqueis. Os policiais que trabalham de acordo com a lei oficial, em muitos casos são prejudicados e correm o risco de perder a suas funções ou os seus cargos. Não é assim que deveria ser. Na polícia deveriam entrar apenas pessoas sérias e serem tratadas dignamente com salários justos e dignas condições de trabalho.

Homicídios dolosos e violência urbana em Toledo

Uma das atividades realizadas junto aos alunos do Ensino Médio, foi o de levantar dados da violência urbana no município de Toledo/PR, dados como o número de homicídios. Segundo levantamento feito pela 20ª Subdivisão Policial de Toledo constatou-se um aumento significativo do número de homicídios dolosos praticados tanto por maiores de idade, quanto por menores na região de Toledo. O gráfico 01 demonstra a evolução do número de homicídios dolosos praticados pelas pessoas maiores de 18 anos, levando em conta desde o ano de 2000 até o primeiro trimestre de 2009.

O que nos chama a atenção são os anos de 2007 e 2008, que registram números assustadores para os homicídios.

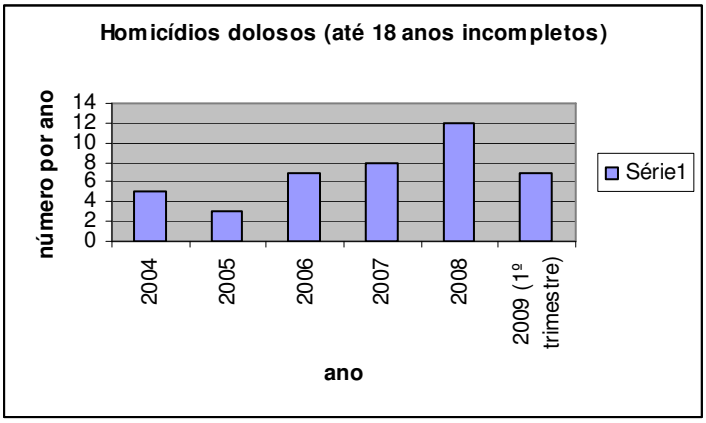
Gráfico 01 – Evolução do número de Homicídios Dolosos



Fonte: 20ª Subdivisão Policial de Toledo

O gráfico 02 nos mostra a partir de 2004 a evolução no número de homicídios cometidos por menores de idade. Destaque para o ano de 2008 que registrou 12 homicídios.

Gráfico 02 – Evolução do número de Homicídios Dolosos



Fonte: 20ª Subdivisão Policial de Toledo

Muitos desses crimes têm como autores pessoas extremamente jovens, o que nos alerta para a necessidade do país de dar uma atenção mais especial à infância e à adolescência, fazendo mudanças na legislação penal para fechar o cerco aos criminosos maiores de idade, e amparar os menores delinqüentes, que acabam assumindo crimes praticados por maiores.

O envolvimento de jovens em crimes violentos é corriqueiro no Brasil. A faixa etária dos autores de homicídios dolosos (aqueles em que o agressor tem intenção de matar ou tem consciência do risco de provocar a morte da vítima) é

extremamente alto. Sendo que são os homens que representam a grande maioria dos criminosos.

As raízes do crescimento da criminalidade em geral no Brasil são muitas: um ambiente social de profunda desigualdade, que cerceia as oportunidades de vida digna, principalmente para milhões de jovens pobres; um sistema de justiça criminal (polícia, ministério público, poder judiciário e sistema penitenciário) que atua sem integração entre as instituições e é incapaz de se modernizar efetivamente para atender às necessidades da sociedade; o desconcertante descumprimento da lei de execução penal por parte do Estado, que acaba submetendo milhares de presos a condições sub-humanas de encarceramento; níveis insatisfatórios do trabalho policial, corrupção, impunidade dos agentes públicos (policiais e agentes penitenciários principalmente) que se ligam as atividades criminosas, como o PCC em São Paulo (Primeiro Comando da Capital) ou que permitem a sua operação (facilitando fugas, entrada de celulares nas prisões, acobertando crimes, cedendo ou vendendo armas para bandidos, etc.). Estes são alguns aspectos essenciais para compreendermos o aumento indiscriminado dos homicídios dolosos e da forte presença do crime organizado na sociedade brasileira em geral.

Uma conseqüência gravíssima é a descrença dos cidadãos nas instituições promotoras da justiça, em especial encarregadas de distribuir e de aplicar sansões ao crime e a violência. A essa conclusão chegaram diversos institutos de pesquisa de opinião, como Vox Populi e Data Folha, que investigaram as inquietações públicas em relação ao crime e a violência urbana.

Sondagem de opinião realizada entre 13 e 16 de abril de 1995 pelo Jornal do Brasil (Vox Populi) concluiu que:

> "... 73% dos brasileiros não confiam na justiça. As respostas dadas ao questionário mostraram que, no entender da maioria da população, a lei não é igual para todos, embora esse princípio esteja estabelecido no artigo 5º da Constituição. Para 82% dos 3075 entrevistados, a lei é mais rigorosa para alguns, privilegiando outros. O Vox Populi perguntou se negros e brancos, pobres e ricos recebem o mesmo tratamento para crimes iguais. Para 80% não há duvida: o pobre será julgado mais rigorosamente; e 62% acreditam que o negro receberá

> punição mais pesada" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1995, p.01).

A maior incidência de mortes violentas ocorrem nos bairros que compõe a periferia urbana, onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídios é significativamente superior entre aqueles que habitam essas áreas, regiões ou até mesmo bairros, com déficit social e com pouca infra-estrutura urbana.

Uso do Solo Urbano e Segregação Espacial

A ocupação do solo urbano ocorreu de maneira irracional e sem planejamento, principalmente nos países subdesenvolvidos. As reservas ambientais foram substituídas pelas construções e pelo asfalto, dando origem a problemas como poluição do ar, contaminação dos mananciais de água, enchentes, poluição sonora, visual, etc. Os novos loteamentos também se tornaram inacessíveis às populações de baixa renda. Com a especulação imobiliária, grandes empresas de construção e agentes imobiliários, principalmente os incorporadores imobiliários passaram a explorar o solo urbano, comprando terras, favorecendo-se de brechas nas leis, contruindo muitas vezes com financiamento público, trazendo equipamentos e serviços públicos (asfalto, luz, água, etc.) para a valorização destas áreas, para depois vendê-las por um preço mais alto.

Em geral nos países subdesenvolvidos o moderno é sinônimo de riqueza (edifícios, condomínios fechados, shoppings, viadutos, bancos, clínicas modernas, etc.), o que contrasta com a ocupação desordenada do solo e com a miséria (favelas, cortiços, falta de infra-estrutura), ocasionando uma segregação espacial urbana.

Em muitas cidades, de um lado existe a cidade formal, bem planejada, com bairros ricos, ruas arborizadas, avenidas planejadas, privilegiada por equipamentos e serviços urbanos invejáveis; de outro, tem uma cidade informal composta pela periferia, pelos subúrbios, pelas favelas, pela ocupação desordenada, sem planejamento, suja e sem infra-estrutura adequada.

A segregação espacial do espaço urbano é processada pela segregação econômica. As pessoas das classes sociais menos favorecidas que não tem condições de comprar um terreno ou alugar uma casa nas áreas mais nobres das cidades são obrigadas a ocupar áreas irregulares, áreas menos valorizadas, localizadas a grandes distâncias da região central.

Este tipo de segregação em geral, converte-se em segregação étnica, pois nas áreas mais pobres da cidade que vive as etnias segregadas.

Nos países desenvolvidos que apresentam grande desenvolvimento econômico, parcelas significativas da população não se beneficiam desse crescimento, promovendo a segregação espacial e econômica dos mais pobres, como é o caso dos latinos e dos afro-descendentes que vivem nos Estados Unidos.

Apesar da vida urbana ser atraente (também influenciado pela mídia e pelos interesses capitalistas), as cidades são espaços de concentração de renda, de consumo, de cultura e de tecnologia. A maior parte das cidades localizadas nos países subdesenvolvidos oferece péssima qualidade de vida para a maioria da população.

Muitos dos bens e equipamentos urbanos não estão acessíveis à população em geral, ou seja, estão disponíveis para uma elite econômica que irá usufruí-los. Assim, a luta pela sobrevivência da maior parcela dos habitantes das cidades é cruel, pois falta praticamente tudo. Por isso, observamos entre outros problemas a mendicância, os roubos, os assaltos, as guerras entre facções criminosas inimigas, o abandono infantil, etc.

Portanto, a partir dessas considerações, cabe hoje ao ensino de Geografia abordar as relações de poder que constituem territórios nas mais variadas escalas, desde as que delimitam o micro espaço urbano, como os territórios do tráfico, da prostituição ou da segregação socioeconômica, até os espaços internacionais e globais.

Segregação Sócio-Espacial no município de Toledo

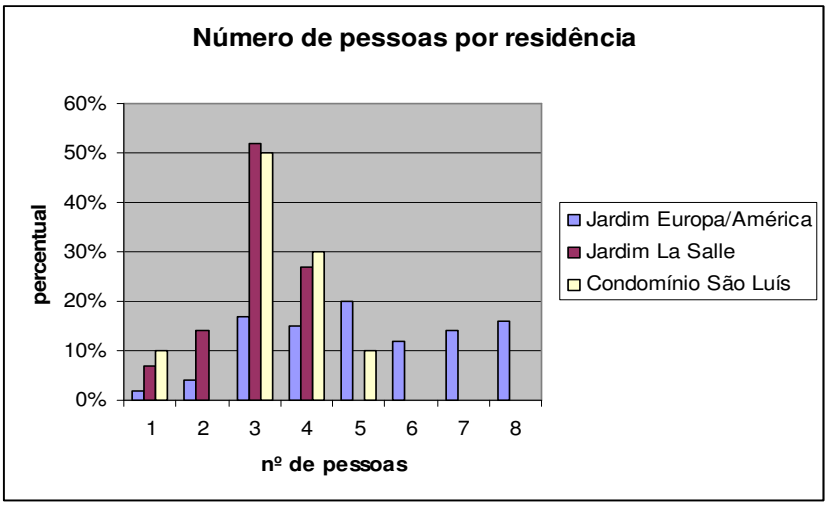
A elaboração e a execução do trabalho tiveram por base a realização de uma pesquisa bibliográfica, e entrevistas elaboradas para este fim, baseada numa amostra dos moradores das áreas de estudo, que são o bairro Jardim Europa/América, o Jardim La Salle e o Condomínio Residencial São Luís,

ambos da cidade de Toledo, Estado do Paraná. Além destas entrevistas também foram coletados dados estatísticos junto a 20ª Delegacia de Polícia de Toledo, das ocorrências de homicídios dolosos no município de Toledo. Como atividade também foi realizada uma palestra com o Capitão José Luís do 19º batalhão de polícia.

No levantamento sócio-econômico do Jardim Europa/América, foram selecionadas algumas variáveis de maior relevância, dentre elas a escolaridade, a renda familiar, número de pessoas por residência, faixa etária, segurança nos bairros, carteira assinada, padrão da casa e tamanho da casa. No bairro Jardim La Salle e no Condomínio Residencial São Luis, foram considerados: a escolaridade, o número de pessoas por residência, a faixa etária, a segurança, entre outras.

No gráfico 03, observamos o número de pessoas por residência. No Jardim Europa/América, varia de uma a oito pessoas, no Jardim La Salle de uma e quatro pessoas e no condomínio São Luis, de uma a cinco pessoas. O número elevado de pessoas por residência no jardim Europa América, reflete diretamente na qualidade de vida dos seus integrantes.

Gráfico 03 – Número de Pessoas por residência

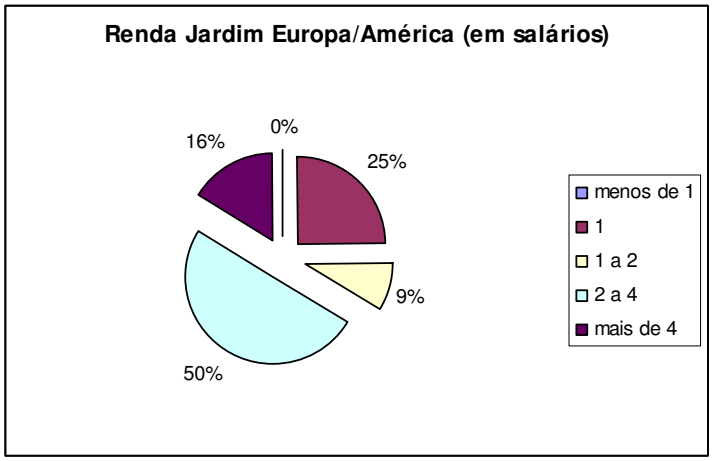


Fonte: Questionário aplicado pelo autor (2009)

No gráfico 04 podemos constatar que 25% das famílias que moram no bairro Jardim Europa/América recebem até um salário mínimo, outros 09% recebem de um a dois salários, 50% de dois a quatro salários e 16% recebem mais de quatro salários mínimos. Ou seja, é um bairro onde a faixa salarial

indica o baixo poder aquisitivo dessa população, consequentemente são famílias mais simples que precisam do suporte do Estado.

Gráfico 04 - Renda Familiar do Jardim Europa/América

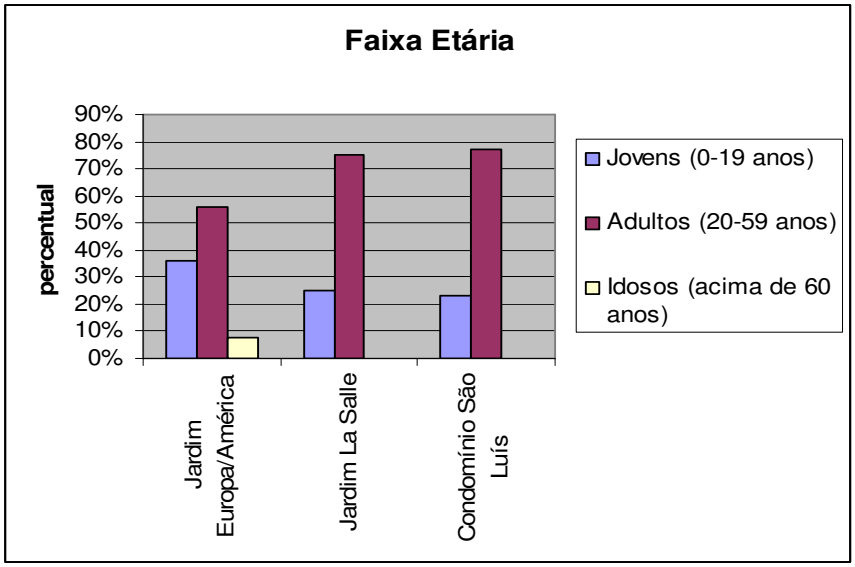


Fonte: Questionário aplicado pelo autor (2009)

Outra questão importante que foi analisada junto aos moradores, diz respeito a faixa etária das famílias nos diferentes domicílios (Gráfico 05),

No jardim Europa/América, 36% são jovens com idades que vão até os 19 anos. Neste grupo encontram-se também as crianças. Outros 56% são adultos e apenas 8% são idosos. No Jardim La Salle, 25% são jovens e 75% adultos. E no Condomínio Residencial São Luis, 23% são jovens e 77% são adultos.

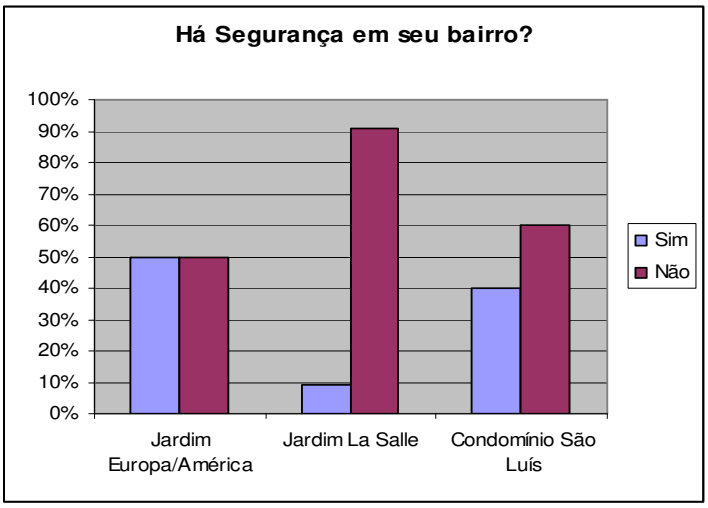
Gráfico 05 – Faixa Etária dos Moradores



Fonte: Questionário aplicado pelo autor (2009)

Em relação à segurança nos bairros (Gráfico 06), no Jardim Europa/América, 50% das famílias consultadas sentem-se seguras. No jardim La Salle, 91% dos moradores sentem-se inseguros. Já no condomínio São Luis, 60% estão na mesma situação. Em todas as áreas os moradores atrelam a insegurança à falta de um policiamento efetivo, principalmente na madrugada.

Gráfico 06 – Segurança no Bairro



Fonte: Questionário aplicado pelo autor (2009)

Sobre o grau de escolaridade, constatou-se no trabalho de campo que no Jardim Europa/América, 49% dos integrantes das famílias têm o 1º grau incompleto, 11% o primeiro grau completo, 14% o segundo grau incompleto e apenas 16% o segundo grau completo. No Condomínio Residencial São Luis, 30% dos seus integrantes têm o 2º grau completo e 64% tem o terceiro grau completo. Enquanto que no Jardim La Salle, 36% tem o segundo grau incompleto, 37% o segundo grau completo e 18% o 3º grau completo.

Quando indagado sobre a situação dos domicílios, a grande maioria afirmou residir em casa própria. Percebe-se ainda que são minoria aqueles que residem em casas cedidas ou emprestadas, em qualquer uma das áreas analisadas. No Jardim Europa/América, 92% das casas são de alvenaria e apenas 8% são mistas (alvenaria e madeira).

Em relação ao trabalho com carteira assinada 83% disseram que possuem carteira assinada. Ao interpretar essa variável pode-se inferir de antemão que apesar da renda familiar da maioria dos moradores ser relativamente baixa (01 a 04 salários mínimos) a maioria possui casa própria, o

que denota a grande preocupação e/ou necessidade das pessoas em ter um imóvel para morar. Muitas dessas casas foram adquiridas por meio de heranças, ou através de financiamentos e de investimentos próprios.

Considerações finais

Considerando as três áreas aqui analisadas e com base nas variáveis escolhidas para o campo de pesquisa, é possível afirmar que se trata de áreas residenciais com características específicas e com uma população que busca através de seu trabalho e do bairro onde reside, uma vida dentro daquilo que sua renda familiar permite.

O trabalho despertou o interesse dos alunos, pois permitiu conhecer realidades com características bem distintas e não conhecidas por uma boa parte dos educandos.

Os alunos constataram que a atual realidade social é desumana para uma parcela significativa da população e é fruto de uma política governamental descompromissada com a população mais humilde, gerando essa sociedade caótica, controvertida, cheia de perversidades, desigualdades e injustiças sociais. No entanto esta realidade poderá ser revertida com a efetiva participação de todas as classes sociais.

As políticas públicas a serem implementadas devem ser geradoras de renda digna para todos os trabalhadores, garantindo educação, moradia, segurança, saúde e infra-estrutura adequada a todos, independentemente da sua situação sócio-econômica.

A violência urbana, sob as mais diversas formas, é uma das principais conseqüências de uma organização sócio-espacial injusta, imposta pelas elites. Resta para as populações mais pobres, organizarem-se através de suas lideranças e tentar resolver ou pelo menos amenizar esse problema.

Na pesquisa de campo, a maioria dos alunos ficaram extremamente preocupados para a realização das entrevistas, justamente em função da falta de segurança, pois não sabiam o que ou quem iriam encontrar. Cabe destacar que nada de anormal ocorreu nesta atividade, apenas alguns moradores que recusaram a responder os questionários, o que já era esperado principalmente no Jardim La Salle e no Condomínio Residencial São Luis

Portanto, a experiência do PDE, aliada ao engajamento dos alunos do ensino Médio, proporcionaram um outro olhar para a realidade da segregação Sócio-Espacial do município de Toledo, o que demonstra a importância deste debate em sala de aula.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. São Paulo: Difel, 1961.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Trabalho: Divisão Sócio-Espacial e Mobilidade Residencial:** reprodução ou alteração das fronteiras espaciais? Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ (Projeto Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - Fase), 2000.

LAGO, Rudolfo, COSTA, Octávio. Chega de fachada. Entrevista: Tarso Genro. São Paulo, **Revista Isto É**, ed.2016, 25 jun. 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Por uma geografia nova**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** Território e Sociedade no Início do Século XXI. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1989.

VESENTINI, José William. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra Urbano no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

_____. **Efeitos do Espaço sobre o Social na Metrópole Brasileira**. In: Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, 1997.

NUNES, Edna, **Drogas estão matando em Toledo. MP quer resposta.** Jornal do Oeste. Toledo, 13 de Novembro de 2009. Caderno Segurança.

MASSABKI, Amira. Jornal Gazeta do Paraná. Toledo 18 de Setembro de 2009 p.5

ASSESSORIA, Jornal do Oeste. Toledo, 28 de Agosto de 2009. Caderno Estado, p.10.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1995, p.01